

SESSÕES DO PLENÁRIO

66ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de agosto de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(54)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Joseildo Ramos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 13/06/2016.

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, devido a comparecimento em audiência no Ministério do Turismo e Integração Nacional,

em Brasília-DF, esteve ausente nas Sessões dos dias 07 e 08/06/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. Com a palavra o Pastor Sargento Manoel Isidório, da Fundação Doutor Jesus.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o salmo 9 diz: *“Eu o louvarei, Senhor, com todo o meu coração. Contarei todas as tuas maravilhas.”* Quero dizer a todos os deputados e aos dignos funcionários e funcionárias desta Casa que é uma alegria quando retornamos novamente ao Parlamento, quando começam os debates nesta Casa.

Quero, sobretudo, agradecer a Deus e ao povo que esteve na convenção partidária do PDT, PROS, PSL, PMN, PRB, partidos que fecharam a coligação, garantindo a nossa pré-candidatura à prefeitura de Salvador. Agradeço ao governador Rui Costa e às demais autoridades que estiveram presentes naquele ato, ao padre e aos pastores evangélicos que ali estiveram, aos espíritas, ao pessoal de matriz africana, do candomblé que lá foram, bem como aos gays e lésbicas que estiveram na nossa convenção. Foi uma convenção alegre, colorida! Deus estava naquela convenção, porque só ele é grande e a ninguém despreza.

Digo ao povo de Salvador que escolhi o Subúrbio para fazer a nossa convenção, porque sou filho de lá. No Subúrbio eu nasci, eu me criei, estudei o primário e o colegial. Fiz o ginásio no Castelo Branco, no Comercial, depois dei aula de folclore nas duas escolas e trabalhei na Ypiranga, empresa de ônibus. Então, foi em Periperi, no Subúrbio, que eu encontrei a minha mocidade e depois desloquei. Conheço muito bem o povo das Cajazeiras, Península Itapagipana, porque eu vendia confecção com minha mãe, que é costureira, mesmo hoje, com uma certa idade e dodói, em razão de um AVC, de problemas de saúde. Ela trabalhava noite e dia costurando, e eu saía de manhã com uma sacola nas costas, por esses bairros difíceis de Salvador, vendendo confecção de porta em porta.

Portanto, não sou doutor, não tenho essa felicidade, mas sou um homem experimentado. Por isso, tenho a obrigação de lutar, para que as crianças e adolescentes de Salvador tenham direito à creche, à escola, à educação e, sobretudo, coloquem o anel de doutor e doutora no dedo, o que é um direito, hoje, de todos, independente da sua cor, da sua classe social.

Portanto, quero dizer ao povo do Brasil e da Bahia que, se Deus me conceder o direito de ser prefeito de Salvador, só há uma coisa que eu garanto: não roubar e não deixar roubar. Eu me cercarei de homens e mulheres honestos, sérios e competentes, que queiram, realmente, fazer as transformações sociais que o povo de Salvador precisa para acabarmos de vez com as maquiagens feitas nas praças públicas, onde são os principais corredores, a maquiagem feita na área da saúde, onde se vê os azulejos bonitos por fora, mas a população está sofrendo lá dentro desses postos médicos. Nós queremos devolver profissionais de saúde para atender com mais humanidade o nosso povo, quero melhorar a qualidade de vida das pessoas de Salvador, porque conheço as pessoas, pego nas pessoas, vivo a vida das pessoas. E

por ser um homem que vem das camadas mais pobres, conheço o transporte coletivo cheio, o sofrimento nos postos médicos, a insegurança que está em nossa capital, a intransigência dos políticos prepotentes. Penso que, se quisermos chamar o povo para fazer seus próprios projetos, são das pequenas ideias que saem os grandes projetos.

Portanto, se Deus me colocar na prefeitura, porque só Ele tem esse poder, trabalharei ouvindo as donas de casa, os pais de família, os estudantes e a juventude da nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que Deus continue abençoando esta Casa, o nosso Estado e a nossa nação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Gostaria de dizer que a votação da PEC, se houver número, vai acontecer às 16h30min.

Relação de deputados inscritos no Pequeno Expediente: deputados Pastor Sargento Isidório já fez o seu pronunciamento; na sequência, Carlos Geilson, Luiza Maia, Hildécio Meireles, Bira Corôa, Adolfo Viana, Rosemberg Pinto, Luciano Ribeiro e Bobô. De tal modo, estou inscrito como segundo para falar, e, sendo a minha vez, faço permuta com o deputado Adolfo Viana. Portanto, deputada Luiza Maia, a senhora falará depois do deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, desde o início do ano que venho chamando a atenção desta Casa Legislativa para termos um pouco mais de atenção com relação à segurança pública dos baianos. Cobramos insistentemente do governo do Estado a nomeação dos policiais civis, delegados e escrivães. Depois de uma longa jornada de cobranças, enfim, veio a nomeação. Ficaram ainda alguns concursados a serem nomeados. E, reconhecendo que temos uma demanda grande em nosso Estado, estamos aqui ainda para cobrar do governador Rui Costa alguns delegados, escrivães e investigadores que ainda não tiveram seus nomes publicados no Diário Oficial. É importante que o governo do Estado faça esse esforço para garantir aos baianos mais segurança pública.

Sr^a e Srs. Deputados, a partir de agora, darei um número que vai deixar esta Casa chocada. Deputado Targino Machado, hoje, no Estado da Bahia, apenas 8% dos homicídios cometidos aqui são resolvidos por parte dos peritos criminais, justamente porque não temos um efetivo capaz de dar assistência ao Estado da Bahia. O próprio governo do Estado reconheceu que era importante realizar um concurso público para peritos criminais, justamente para que o Estado tivesse a condição de decifrar crimes indecifráveis.

Sr^a e Srs. Parlamentares, pois bem, o Estado fez o concurso público, os peritos criminais fizeram todos os testes, foram aprovados, foram para a academia de polícia e estão prontos para serem nomeados, aguardando apenas a nomeação do Governador do Estado da Bahia.

Ora, se hoje o Estado da Bahia só consegue desvendar 8% dos homicídios cometidos aqui em nosso Estado, é justamente o momento de investirmos na Polícia Técnica para que esse número possa aumentar. Dou um dado a V.Ex^{as}: no Chile 95% dos homicídios praticados são desvendados, e é por isso que os números lá são bem melhores do que os números que temos no Estado da Bahia.

Senhoras e senhores parlamentares, começarei, no dia de hoje, uma cobrança intensiva ao Governo do Estado para que este nomeie imediatamente os peritos criminais concursados de 2014, que passaram no concurso, fizeram Academia de Polícia. O Estado da Bahia precisa do trabalho deles, e vamos cobrar aqui diariamente, para que o Estado da Bahia consiga desvendar os homicídios praticados, a fim de que aqueles que cometem crime no nosso Estado não fiquem impunes e não voltem a cometer crimes.

Hoje, eu estabeleço mais um compromisso com o Estado da Bahia: vamos continuar a lutar para que a Bahia passe a ser um estado seguro para se viver. A nomeação dos Peritos Criminais do concurso de 2014 tem que acontecer o mais rápido possível. A partir de hoje, cobrarei diariamente do Governador do Estado a nomeação dos concursados para que a Bahia, Sr. Presidente, possa ser um estado seguro para os baianos.

Muito obrigado! Tenham a certeza de que a minha cobrança não vai parar até que o Diário Oficial venha com a nomeação dos peritos criminais, para que o Estado da Bahia possa avançar na sua segurança pública.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, quero, neste momento, aqui, registrar que a Lei Maria da Penha completou 10 anos de existência no nosso Brasil, em 7 de agosto. Foi um instrumento importante na vida das mulheres para fazer o enfrentamento à violência doméstica, sexual. Mas também, por outro lado, sabemos que ainda temos um longo caminho a percorrer para realmente darmos fim a este câncer que é a violência contra as mulheres – a violência doméstica, sexual, de qualquer tipo.

Temos aqui uma realidade, porque neste momento a gente vive ameaças de retrocesso no nosso Brasil. Nós mulheres que lutamos, desde a ditadura militar, para conquistar um espaço, para fazer um debate das mulheres, a partir de 2003, com a posse do nosso presidente Lula, assistimos ao resgate, ao chamado que ele fez para si dessa questão da violência contra a mulher e do resgate da sua cidadania. Então, foi o presidente Lula quem iniciou isso.

Antes de 2003, a política pública que existia neste País, em nível nacional, era um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher esfacelado, sem estrutura, sem respeito, sem orçamento, sem nada, que não existia para nada. Era só uma figurante,

em função da pressão que os movimentos de mulheres fizeram ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas o Presidente Lula entendeu a importância e a necessidade de ajudar as mulheres nessa luta, nesse debate. Mas, mesmo assim, ainda temos muita dificuldade, e a realidade não é pequena. Aqui na Bahia mesmo, antes de falar sobre os dados, alguns dizem que com a Lei Maria da Penha cresceu a violência contra a mulher, e eu rebato essa informação dizendo que cresceu a coragem das mulheres de denunciarem a violência. As mulheres se sentiram empoderadas, protegidas por vários equipamentos públicos como o Ministério Público, as DEAMs, as varas da violência, mas que ainda são insuficientes para que a gente consiga na prática, a efetividade da Lei Maria da Penha. Com isso não podemos deixar de reconhecer a importância dessa lei. É uma das leis mais conhecidas no mundo.

Depois da Lei Maria da Penha, a tipificação da violência não é só a violência física. Aqui na Bahia, inclusive, no ano de 2012, enfrentamos esse debate da violência simbólica, porque ela é tão ruim e estraga tanto a vida da mulher quanto a violência física. Usar expressões culturais como a música para agredir as mulheres, para ofender e incentivar a violência.

Eu queria dizer que no ano de 2006, dados da Secretaria de Segurança Pública, tivemos apenas 29 registros de inquéritos abertos pelas DEAMs. Já em 2015, esse número subiu para 15.532. No Brasil, a média de mulheres assassinadas por dia, Presidente, está em torno de 13 mulheres. É um dado muito alto e é uma questão da cultura machista, da cultura patriarcal, que acha que a mulher é propriedade do homem e que, sendo propriedade, ele pode fazer e acontecer. Temos 417 municípios no nosso estado. Apenas 15 DEAMs existem na Bahia: duas na capital, duas na região metropolitana e é um número insuficiente para atender e ajudar na implementação da Lei Maria da Penha.

(Vários deputados conversam fora dos microfones)

Presidente, eu queria pedir aos mal-educados que se não querem ouvir pelo menos fiquem calados...

O Sr PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Srs. Deputados, há uma oradora na tribuna.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) ou então, vá fazer seu barulho lá fora. É muito feio. O presidente não me ajuda, então estou pedindo que me ajude. Não quer ouvir o discurso, vá lá para fora. Estou falando coisas sérias e importantes para a vida das mulheres.

Eu vou recuperar 1 minuto porque eu quero falar sobre a convenção da vitória que aconteceu sexta feira passada no município de Camaçari, que foi a convenção que homologou o nosso pré-candidato a prefeito daquela cidade, o deputado federal Caetano, e que foi a maior convenção da história de Camaçari. No mesmo espaço, o clube social em que foi realizada a convenção do bicheiro, nós tivemos cinco vezes mais pessoas presentes. Uma demonstração de que a cidade de Camaçari repudia...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Estou concluindo. (...) aquele candidato apoiado pelo prefeito de Salvador, que sabe que ele tem ligações com o crime organizado, ou melhor, que ele é o chefe da organização criminosa...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputada, o seu tempo já esgotou. Eu dei a mesma prorrogação que dei ao deputado Adolfo. A Senhora volta a falar depois. Conclua por favor.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Já vou concluir. Quero dizer que a cidade de Camaçari está muito feliz pela participação na nossa convenção, dando uma demonstração de que realmente o povo de Camaçari está atento para o perigo e o risco que estamos correndo nessa eleição.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado. Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia e demais deputados aqui presentes. Quero, inicialmente, me solidarizar com a deputada Luiza Maia, sobretudo pelo fato de ser mulher e uma deputada que tão bem representa a sua comunidade de Camaçari. Ela estava aflita para falar sobre a convenção do PT de Camaçari e nem os petistas estavam dando ouvidos para o que a deputada falava aqui. Deputado Adolfo Viana falava dos problemas da segurança pública no Estado. Infelizmente, chego a uma conclusão: esse governo do PT, se você retirar a obra do metrô em Salvador, o resto é totalmente perdido. Totalmente perdido! Se vai para a área de saúde, é precariedade; se vai para a educação, é precariedade.

Eu quero aqui hoje, deputado Rosemberg, requestrar um discurso. Mas não é requestrar um discurso de 10, 20, 30, 40 anos atrás, como normalmente fazem aqui os deputados da Base do Governo para falar de golpe, como se estivéssemos convivendo nos idos de 1964. Eu quero requestrar um discurso do ano passado, que tanto falamos aqui, da impensada atitude do governo em extinguir o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia, o nosso saudoso Derba.

As estradas baianas, as estradas do governo do Estado da nossa Bahia estão derretendo. Esse é o termo! Derretendo com as chuvas que têm caído nesse período com frequência, deputado Targino. Há pouco mais de um ano, a estrada Nazaré/Valença fora recuperada pelo governo do Estado – até foi menção do deputado Rosemberg Pinto, elogiando a obra. Na verdade, a obra não foi concluída. Ela só foi de Nazaré à ponte que liga o município de Jaguaripe a Valença. Dali a Valença são mais 15 quilômetros, onde qualquer chuva que dá abrem-se crateras, as quais chamamos lá de “panelões”. Ultimamente têm criado problemas para os usuários: pneus furados, jantes estouradas, arriscando a vida com possibilidade de acidentes e de assaltos também. Da mesma forma acontece se se segue de Valença a Camamu e de Camamu a Travessão, para chegar à BR-101, já nas proximidades de Ubaitaba, seguindo para Itabuna.

Portanto, essa é a situação do nosso Estado em todos os setores. A estrada que liga Cairu a Nilo Peçanha – Cairu que é a nossa terra, mas onde o deputado Líder do PT também foi votado – está que parece a Lua! Ao passar por lá, tem-se a impressão de que se chegou na Lua, de tanta cratera que se vai encontrar em apenas 20 quilômetros de estradas que servem a 2 municípios, e, infelizmente, o governo não tem dado ouvidos para os nossos reclamos aqui nesta Casa.

E ainda, se quisermos continuar mostrando aqui a insensatez do governo, na semana passada o deputado Targino falou, como também o deputado Fábio Souto, da falta de respeito do governo para com a Constituição do nosso Estado. Eu venho reclamando isso aqui, deputado Targino, há tempos: projetos de leis que são votados nesta Casa, sejam de iniciativa dos deputados da Situação ou da Oposição, o governo não dá nenhuma bola. Parece que foi um nada que foi para lá, parece que o governador, simplesmente, rasga a página da Constituição que diz da obrigatoriedade do governo em sancionar, vetar ou, depois de um prazo, devolver, para esta Casa tomar as providências.

Infelizmente, temos que reconhecer que o nosso papel aqui está parecendo papel de atores na arena de um circo. Essa é que é a grande realidade, se não começarmos a tomar providências drásticas, capazes de fazer com que o governo repare esse erro que está cometendo.

Portanto, quero fazer um apelo aqui ao presidente desta Casa que tome as devidas providências com relação aos projetos de lei de iniciativa de deputado que aqui são apreciados e votados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Srs. Deputados e Deputadas, Deputada Luiza Maia, vou responder à provocação do deputado Hildécio, quando diz que não estávamos prestando atenção à sua fala.

Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Partido dos Trabalhadores de Camaçari pela convenção que foi realizada no último dia 5, que foi, sem sombra de dúvida, a maior convenção da história política do município e da Bahia. Desconheço qualquer uma convenção que tenha colocado a presença, a motivação e a participação populares como aquela convenção. Inclusive, a convenção da capital, a convenção de Salvador, que foi feita num espaço pequeno, acanhado, exatamente porque tinham convicção de que não iam conseguir colocar a população de Salvador lá para respaldar o que eles chamam de governo. Já em Camaçari, se fez em um espaço reservado para atender 15 mil pessoas, e o espaço tornou-se insuficiente, pequeno para o público presente. Seguramente na casa de 20 mil pessoas estiveram lá, deputado Rosemberg, e com a presença do governador Rui Costa. E é bom dizer que não houve anúncio da presença do governador, não se fez nenhuma cobertura com

carros de som convocando a cidade maciçamente, como foi na do opositor, que disse, inclusive, que estaria presente o prefeito de Salvador, entre outras lideranças, que usou mais de duas semanas de divulgação na cidade e não conseguiu chegar à metade do que foi. Então, isso é uma prova concreta da participação.

Respalda que, apesar dos ataques, de toda a ação de violência enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores na perspectiva de se manchar o nome do partido e, conseqüentemente, atacar a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores ainda é, no conceito do Brasil, o de mais respeito. Enquanto a população identifica com mais de 20% de confiança e credibilidade o Partido dos Trabalhadores, dedica ao DEM menos de 7%; ao PMDB pouco mais de 5%. Isso demonstra que é, sem dúvida nenhuma ainda, uma avaliação da sociedade de confiança e de respeito. E a convenção em Camaçari demonstrou isso.

O interessante é que o “carnaval” que estava sendo feito do “já ganhou” da oposição deixou de existir. Sumiram depois da convenção e agora estão tentando se refazer para ver de que outra forma irão iludir a população, na perspectiva que eles representam. Isso porque, deputado Rosemberg, a junção de tudo o que se foi com o que eles apresentavam de novo mostrou que é tudo farinha do mesmo saco. Ou seja, o discurso do novo deixou de existir, porque reuniu com ele as três gestões que foram rejeitadas pela população de Camaçari. Reuniu, sem dúvida nenhuma, os dois piores gestores avaliados na história do município. E é lógico que com essa concepção jogou-se, mais uma vez, água na chamada brincadeira deles.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, no pouco tempo que ainda me resta, para parabenizar Rafaela Silva, a primeira medalhista de ouro olímpico no Rio de Janeiro. Quero destacá-la porque ela é uma jovem negra, oriunda da Cidade de Deus, na periferia do Rio de Janeiro, e que na Olimpíada passada foi discriminada por racismo. Sofreu um processo de exclusão e de racismo. Superou o racismo, enfrentou mais uma dificuldade e provou com competência e capacidade. Ela que teve a coragem em 2014 de abrir um discurso público dizendo porque é que votava em Dilma Rousseff: exatamente porque, como pobre da periferia do Rio de Janeiro, foi a partir do Bolsa Atleta que ela pôde enveredar-se no esporte e ser hoje uma referência para o Brasil e para o mundo.

Então, é bom que possamos fazer esse destaque, de parabenizá-la pela conquista, pelos feitos, mas, acima de tudo, chamar a atenção de quanto o esporte é importante para socializar, criar espaço de democratização e, acima de tudo, construir cidadania neste Brasil. Parabéns, Rafaela Silva!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Solicito ao deputado Sidelvan Nóbrega para presidir enquanto faço uso da palavra.

Eu vou fazer um gesto para V.Ex^a. Eu me tornaria, hoje, incompleto se não atendesse ao apelo do deputado Rosemberg Pinto.

Na permuta, com a palavra o deputado Rosemberg Pinto. Em seguida, farei uso da palavra.

Assume a presidência agora o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Quero agradecer a sua generosidade da inversão do tempo e saudar aqui os deputados e deputadas, servidores, imprensa, visitantes que estão nas Galerias e dizer que ouvi atentamente o deputado Hildécio Meireles. Mas não entendi a sua manifestação sobre Salvador. Tenho um grande respeito pelo deputado, mas o que disse aqui sobre a saúde talvez decorra do desconhecimento sobre a cidade do Salvador.

A cidade de Salvador, na saúde pública, é diferente das outras cidades do interior do Estado, pois a minha pequena cidade de Itororó tem um hospital problemático, com muitas dificuldades, mas tem um hospital municipal que cuida da sua população. Aqui em Salvador, no entanto, não existe um hospital municipal sequer para cuidar da população. E talvez por isso, pela falta do conhecimento, o nosso querido colega tenha falado acerca da responsabilidade do Estado sobre essa questão.

Mas queria pedir também, ao deputado Hildécio, que nos ajude na cidade de Cairu, porque tem acontecido situações cuja responsabilidade não pode ser da segurança pública e nem da prefeitura da cidade, já que são papel de todos nós. Deputado Luciano, no seu último final de semana lá, um vândalo furou três tanques de uma escola, os quais acabaram vazando e derrubaram o teto da escola. Isso é muito ruim. Roubaram um Banco no centro da cidade, na calada da noite. Então temos todos que trabalhar no sentido de conscientizar a população de que o patrimônio público deve ser preservado.

Mas, meus queridos colegas nordestinos aqui da Bahia, hoje, eu me surpreendi com uma declaração da atriz Sônia Maria, que, por vergonha de chamar-se Sônia Maria, apelidou-se de Suzana Vieira. Ela o fez pelo fato de não querer ser tratada como Maria, como as diversas Marias que temos no Brasil inteiro, principalmente as Marias que são vinculadas as camadas sociais menos protegidas da sociedade. Talvez por não se sentir vinculada a esse segmento e querer pertencer a uma outra camada da sociedade, pelo viés econômico, transformou seu nome em Suzana Vieira. E, por várias vezes, tem tratado o nordeste de forma desprezível.

Recentemente, em Pernambuco, quando ela foi encena A Paixão de Cristo, disse que, para se comunicar com a civilização, precisava usar fumaça e bater tambor, como um desprezo ao Estado de Pernambuco, dizendo que ali ela não poderia se comunicar com a civilização.

Outra vez, recentemente, tratou seus colegas de trabalho de uma forma extremamente desprezível. Talvez por enxergar naquela repórter a fisionomia de uma mulher nordestina, tomou de supetão o microfone, de forma extremamente deseducada e deselegante. Tem tomado medidas extremamente esdrúxulas em relação à pluralidade, à democracia e ao momento em que estamos vivendo. E por último, ontem, ela diz que o Norte e o Nordeste brasileiro desconhecem o que está acontecendo no Brasil, desconhecem o que está acontecendo em Curitiba em relação

à Operação Lava Jato. Quero dizer a essa senhora – que se envergonha do seu nome de família – que eu tenho um orgulho imenso da minha família, da cidade onde nasci e do Estado onde vivo. Mas ela, que tem vergonha da família e, por conta disso, deve ter mudado de nome, merece todo o nosso desprezo, por sua manifestação ao dizer que o Nordeste é um estado extremamente distante do processo civilizatório que vivemos.

Por isso, meu querido presidente, quero deixar registrada aqui a minha indignação e certamente a dos nossos colegas nordestinos por ver uma mulher que tem, através do seu trabalho como atriz, usado a sua imagem pública contra a democracia e contra o respeito às populações.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ao rigor dos discurso que eu ouvi aqui de Bira Corôa e de Luiza Maia, tenho a nítida convicção de que a candidatura de Elinaldo, em Camaçari, está bombando, haja vista o incômodo que tem provocado nos deputados daquela cidade, os ligados ao projeto do PT.

Mas, Srs. Deputados, estamos para fazer o vestibular da nova lei eleitoral, que encurtou o tempo de campanha, o que acho uma medida acertada. A proibição de cavaletes, tão reclamada pela população, também foi uma medida correta. A proibição da pintura de muros, que emporcalhavam as cidades, também foi uma medida acertada. A diminuição do tempo de campanha vai fazer com que, em tese, as campanhas tenham um custo menor. Pela nova lei, é proibido o financiamento de empresas, uma medida discutível e que, de certa forma, não diria que pode acabar, mas tenho a esperança de que diminua o caixa dois nas campanhas.

Se não houver, Srs. Deputados, uma mudança radical do que está aí, eu diria que o caixa dois vai continuar. Senão, vejamos: um vereador em Feira de Santana dispõe oficialmente para fazer a campanha de R\$66 mil, numa cidade que tem 397.500 eleitores. De alguma forma, é um estímulo ao caixa dois, que esperamos que seja combatido, esperamos que o Ministério Público esteja atento e vigilante. Desta campanha agora de 2016, vamos ver o que de fato foi aprovado, porque só vamos conhecer mesmo se essas medidas forem bem adotadas na prática. E, se a gente analisar, grosso modo, concordo plenamente com essas mudanças.

Outras mudanças devem ser implementadas, como a diminuição do número de partidos. Entendo que 8 a 10 partidos já estaria de bom tamanho para a nossa democracia. O fim das coligações também espero que aconteça, e já se fala que vai acontecer para campanha eleitoral de 2018. Além do fim das coligações, a cláusula de barreira. Isso vai inibir muitos partidos que estão aí. Não posso generalizar, seria

leviano se generalizasse, mas há alguns partidos, algumas siglas que verdadeiramente estão aí a serem alugadas de forma descarada no processo eleitoral.

Então, há uma outra medida, talvez a mais radical a ser analisada, e eu, que sempre fui contra, hoje começo a ver com bons olhos: o voto em lista. Tem que se criar um meio de acabar com essa corrupção. Você pega a revista, no final de semana, e esse ou aquele político recebeu milhões para o caixa dois. E não é político de apenas um partido, são políticos de todos os partidos.

O que mais pesa contra o PT é que foi partido que se elegeu e assumiu o poder com a bandeira da moralidade, a bandeira da anticorrupção, a bandeira do anticaixa dois. E a gente vê que é um processo generalizado. Quem está no meio político sofre as pressões das bases, dos cabos eleitorais. Aí eu pergunto: como acabar com o caixa dois? Talvez o voto em lista, com financiamento público, fosse o remédio.

Alguma medida tem que ser adotada, alguma medida tem que ser implementada. O sistema vigente não pode continuar como está. Caso contrário, vamos ter permanentemente operações Lava Jato, e vamos ficar nesse lamaçal que está aí na política nacional.

Portanto, essa reforma política implementada em 2016 será o vestibular para 2018. E creio que, com mais algumas medidas para o complemento dessa lei eleitoral, possamos, assim, ao final dessas eleições, ter uma ideia do que foi aprovado e do que pode ser implementado para melhorar até 2018.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Próximo orador inscrito, deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa presente, assistência da Galeira Paulo Jackson, funcionários, eu, há pouco, ouvi o deputado Rosemberg Pinto fazer uma defesa do Nordeste, das tradições e do povo nordestino, diante de uma declaração da atriz Suzana Vieira. A tal defesa quero me incorporar e o faço dizendo do orgulho do povo nordestino, do orgulho do povo baiano.

E, neste dia, quero aqui registrar que o meu município, Caculé, que fica no sertão nordestino, lá no sudoeste da Bahia, foi convidado e amanhã se apresentará nos Jogos Olímpicos de 2016, do Rio de Janeiro, representando toda a cultura nordestina.

Caculé tem muitas tradições culturais, mas os eventos juninos, além das festas grandiosas, possui uma grande tradição por meio das quadrilhas juninas, que são apresentações belíssimas feitas por pessoas dedicadas, sem nenhuma remuneração, que fazem por amor e preservação da cultura. Essas quadrilhas, elas todas, após o período junino, são convidadas para diversas competições no Estado da Bahia e sempre fizeram grandes e belíssimas apresentações.

E, surpreendentemente, com muita alegria, o povo de Caculé recebeu com muita satisfação esse convite, do Comitê Organizador das Olimpíadas de 2016, para lá se apresentar no espaço Casa Brasil, situado na Praça Mauá, representando toda a

cultura nordestina. E, dentre as quadrilhas, foi escolhida aquela chamada Buscapé, que neste ano escolheu o cordel como tema das suas apresentações. Por isso parabenizo o povo de Caculé, parabenizo o prefeito e toda a equipe da cidade, Beto Maradona e os componentes da quadrilha, de todas elas, mas, em especial, a Buscapé, que foi a escolhida pelo tema apresentado.

Também, quero aproveitar essa oportunidade para dizer que se encontra nesta Casa um projeto do Judiciário que revê e altera a estrutura remuneratória da carreira de professor e coordenador pedagógico do magistério público, do ensino fundamental e médio, apresentado pelo Estado da Bahia. Entendo que é um projeto que deva ser melhor analisado por todos nós, porque há uma informação que não é verdadeira: a de que o aumento da remuneração dos professores, aqui prevista, atinge um patamar de mais de 8%. Nos cálculos que fizemos, ainda que de forma bem superficial, entendemos que o aumento da remuneração para determinadas categorias – quase todas elas – não atinge mais do que 1%, um e pouco por cento. Então não há esse aumento da remuneração do professor, como noticiado por aí.

E aí faço mais um apelo à Mesa Diretora desta Casa, para que não aceite que projetos como esse, que atingem a vida de tantas pessoas, continuem a ser votados em regime de urgência, nessa velocidade e sem apreciação.

Sr. Presidente, quero cobrar da Presidência desta Casa um requerimento feito por mim, antes do recesso parlamentar, no sentido de avaliar a quantidade de projetos encaminhados em regime de urgência, contrários ao Regimento Interno desta Casa, e para o qual não nos foi dada a devida resposta nem tomadas as devidas providências. Porque há um limite legal para que projetos sejam apreciados sob regime de urgência e esta Casa vem apreciando todos eles.

Então peço a V.Ex^a, se possível for, que solicite à Mesa Diretora e à Presidência titular que nos encaminhe uma resposta para que possamos tomar as medidas necessárias.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Deputado Luciano, certamente esta Mesa tomará as providências necessárias.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Não há orador no Grande Expediente, preservando o tempo do PMDB para a próxima sessão.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Falará o deputado Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu queria, assim como fez o deputado Bira Corôa, fazer referência à atleta brasileira – que, diga-se de passagem, entra no rol dos mitos – Rafaela Silva, que ganhou anteontem a medalha de ouro no judô. Eu imaginava, deputado Bira, o que poderíamos falar sobre ela. Silva é o seu sobrenome. Silva é o sobrenome de milhões e milhões de brasileiros. Assim como o meu também é Silva. Uma das falas dela foi sobre o que ela sofreu na Olimpíada de Londres, há quatro anos, quando foi xingada, humilhada e maltratada. Foi chamada de “macaca”, de “vergonha nacional” e de “vergonha da sua família”. E ela deu uma resposta à altura. Foi a resposta do povo brasileiro, porque ela verdadeiramente representa o espírito do povo brasileiro.

Fiquei muito honrado e feliz em vê-la triunfar, beijar aquela medalha, que é como se fosse nossa também. É um pedaço de nós. E eu queria fazer essa referência a essa atleta brilhante, negra, pobre, da periferia do Rio de Janeiro, oriunda de um projeto social do Rio de Janeiro e que hoje está no rol das maiores atletas do mundo no judô. Só o povo brasileiro, com o seu verdadeiro espírito de combatividade, faz com que isso possa acontecer. Então, eu queria também fazer menção a essa conquista extraordinária para o esporte brasileiro na pessoa de Rafaela Silva.

Também queria, Sr. Presidente e deputada Fátima, fazer uma saudação especial ao município de Jaguarari que, no sábado, completou 90 anos de emancipação política com uma festa extraordinária, muito bonita, com milhares de pessoas nas ruas da cidade comemorando mais um ano de emancipação.

Quero fazer uma referência ao povo jaguariense porque, por incrível que pareça, Jaguarari só encontrou o desenvolvimento há 8 anos – são 90 anos de idade –, quando o povo escolheu o prefeito Antônio Nascimento, o Seu Antônio, Antônio do Terço, como prefeito daquele município. E é muito bacana para nós que somos e fomos votados lá – não é Fátima? Não é Bira? – saber que temos o melhor prefeito daquela região, Seu Antônio do Terço.

E, no sábado passado, quando o município completou mais um ano de emancipação política, ele entregou diversas obras. Todas as obras foram importantes, como a pavimentação asfáltica, o Creas etc., mas entregou também uma piscina semiolímpica. E me referindo a Rafaela, tenho que falar também um pouquinho disso. Um município de 30 mil habitantes, que fica no norte da Bahia, no território do Piemonte Norte do Itapicuru, ganha uma piscina semiolímpica porque tem pessoas que têm uma visão acima das demais, acima do mediano.

Um prefeito que atua em todos os segmentos e também no segmento esportivo, porque entende que também através do esporte, assim como a Rafaela, outras “Rafaelas” poderão surgir através de um trabalho, de um investimento que é feito em um município da Bahia.

Assim, inauguramos com muito prazer mais uma piscina semiolímpica pública no Estado da Bahia, dessa vez no município de Jaguarari.

Então eu queria registrar os meus parabéns a Seu Antônio, a todos os munícipes que comemoraram com muita alegria, com muito entusiasmo as entregas e as centenas de entregas outras que ele já fez ao longo desses anos como prefeito. Volto a repetir – não é jogando confete demais, Fátima sabe disso –, ele é tido como o melhor prefeito daquele território. E se a gente buscar um bocadinho mais, fizer um esforço, vai encontrar nele um dos melhores prefeitos do Estado da Bahia.

Portanto, parabéns a Jaguarari. Parabéns a Seu Antônio e a todos os filhos e filhas de cidade de Jaguarari que comemorou 90 anos de emancipação política com investimento e seriedade com o que é público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, durante os 13 minutos falarão a deputada estadual Fátima Nunes e o deputado Bira Corôa. Dividiremos o tempo em 6 minutos e meio.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Ex^a falará por quantos minutos, deputada?

A Sr^a Fátima Nunes:- Falarei por 6 minutos e meio e o deputado Bira Corôa falará o restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, deputado Sidelvan, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, taquígrafas, participantes da nossa sessão que estão nas Galerias Paulo Jackson, é com muita alegria que uma sertaneja que não aprendeu a jogar bola, a nadar e muito menos a lutar judô, sente-se honrada e representada pela nossa judoca Rafaela Silva. Quantos e quantas Silva, neste momento, festejam, comemoram e celebram?

Celebro este momento relembrando aquele maravilhoso dia em que o nosso ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participando daquela cerimônia mundial, se emocionou, deputado Bira Corôa, e chorou de alegria ao saber que o Rio de Janeiro, essa bela cidade brasileira, fora escolhida para ser aquela que receberia as Olimpíadas neste ano de 2016. Tenho certeza o quanto, hoje, o nosso presidente Lula, se alegrou e colocou na Internet, nas redes sociais, a emoção de ver uma das Silva podendo representar o nosso País com essa medalha de ouro.

A história brasileira – naturalmente marcada pela discriminação, pela separação, pelo massacre, pela humilhação aos mais pobres – viu Rafaela vencer todos esses desafios, passar por cima de todas essas barreiras e chegar ao pódio com a medalha de ouro, representando todas nós, mulheres brasileiras, que cantamos e recantamos “mulher brasileira em primeiro lugar”.

Sei que a deputada Fabíola Mansur estava inscrita para falar antes da minha pessoa, precisou fazer alguma coisa, mas temos tempo, deputada, não se preocupe que vai dar tudo certo.

Neste momento, falando das mulheres, queria lembrar da nossa querida presidenta Dilma que, hoje, sofre o maior ataque, a maior injustiça nesse processo de golpe. Há pouco foi iniciada a sessão de massacre de uma mulher honesta, limpa, lutadora, defensora dos direitos da pessoa brasileira em todos os setores.

Portanto, é um dia que, se por um lado nos alegamos com as conquistas, com a força da mulher brasileira, por outro nos entristecemos e somos obrigadas a gritar na praça pública “Fora, Temer!”, “Fora, usurpador!”, “Fora, golpista!”, porque nossa presidente Dilma recebeu 54 milhões e meio de votos e somente o povo brasileiro teria o direito de afastá-la, se houvesse necessidade. É um dia, deputado Bira Corôa, em que fico refletindo, lembrando de todas as jovens que, este ano, tiveram a oportunidade de receber o seu título de doutora, se formaram na universidade com a oportunidade que o Partido dos Trabalhadores construiu no Brasil através do presidente Lula e da nossa presidente Dilma. Hoje, vemos no coração do sertão, na nossa cidade de Paulo Afonso, o curso de medicina. Portanto, filho de tabaréu, de roceiro, de catingueiro ou de catingueira, hoje, pode ser advogado, doutor, engenheiro ou médico.

Por isso vamos refletindo o quão cruel e injusto são aqueles e aquelas que constroem o Brasil apenas para alguns e que não se conformaram com as oportunidades que foram esparramadas pelo Brasil afora durante esses 13 anos. Portanto, não resta outra coisa a fazer a nós trabalhadores e trabalhadoras a não ser continuar na luta. E no processo de eleição que vai chegar daqui a pouco, com muita firmeza, eleger nossos prefeitos, prefeitas, vereadores e vereadoras que tenham simpatia, que tenham força, que tenham coragem de continuar empunhando a bandeira do desenvolvimento, a bandeira das oportunidades como faz, e reitero as palavras do nosso deputado Bobô, o nosso prefeito Antônio Nascimento, lá em Jaguarari. Além do belo trabalho com o esporte, com a cultura e com a arte, não esqueço daquela bonita creche onde estão lá as nossas crianças estudando e, com certeza, é de pequeninha que se fazem as grandes pessoas, homens e mulheres, com as grandes oportunidades que a vida vai construindo e que, juntos, vamos participando.

Portanto, minha satisfação, meus parabéns para Rafaela Silva e meus parabéns para todas as mulheres que acreditam na luta e para todos os companheiros que estão juntos nesses dias, reiterando a nossa insatisfação e gritando nas praças “fora Temer” porque esse é o maior usurpador que já existiu na história do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 6 minutos e 30 segundos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente Deputado Sidelvan Nóbrega, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, visitantes, servidores, servidoras, utilizo da palavra nesse exato momento seguindo a linha do belíssimo discurso feito pela deputada Fátima Nunes no seu pronunciamento, primeiro destacando o que é estratégico e importante.

No último dia 03, deputada Fátima Nunes, tive o grande prazer de acompanhar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cidade de Santa Cruz Cabralia, no assentamento Lulão, onde ele voltou pela terceira vez para ser premiado, condecorado por aquela comunidade, exatamente pela ação realizada ainda na condição de presidente da República do Brasil. Para muitos que desconhecem a história política e social dos nossos movimentos, acima de tudo desconhecem porque estamos no início do século XXI e ainda vivenciamos nesse Brasil, e especialmente na Bahia o descaso que existe com a ausência de direitos constitucionais de propriedade à terra e de moradia para quem dela precisa e quem dela trabalha.

De 2004 para 2005 o assentamento nasce em uma área devoluta do Estado que tinha sido apropriada indevidamente pela Veracel que usurpou dessa área por mais de 20 anos na exploração da monocultura do eucalipto, e essa área já estava praticamente abandonada pela própria Veracel, foi ocupada por trabalhadores e trabalhadoras do sem-terra, da bandeira do MST. Houve uma ação intensa por parte da Veracel para retirar os assentados daquele acampamento.

Na época, o presidente da República interveio para que os trabalhadores sem-terra não fossem retirados aleatoriamente. E abriu-se a possibilidade de negociar e discutir com a própria Veracel a permanência dos assentados. E assim o fez na condição de presidente, veio à Bahia, esteve numa audiência com a Veracel e regulamentou a área para que fosse transformada num assentamento. Depois, descobriu-se que a área em questão sequer era uma área legalizada ou de direito da própria Veracel. O que importa é que o assentamento Lulão hoje é uma referência da Bahia para o Brasil de produtividade. Com três unidades dentro do assentamento produzindo, o beneficiamento de frutas, uma fecularia a partir de beneficiamento da mandioca e o resfriamento de leite, beneficiando e agregando valores ao produto produzido pelos próprios agricultores, ora assentados, reconhecidos e regulamentados naquele assentamento, onde existem 260 famílias produzindo ativamente, a partir de uma ação.

Esse é um dos milhões de exemplos que poderíamos estar aqui referendando sobre a gestão de um governo participativo, popular e implementado a partir do presidente Lula e conduzido pela presidenta Dilma.

É, exatamente, aí, nobre deputada, que eu destaco a indignação e o inconformismo da elite burguesa que não aceita os avanços da sociedade brasileira e não se permite, sequer, dividir as universidades públicas deste País, pois, antes, essas mesmas universidades públicas eram um privilégio desta elite. Agora, os seus filhos têm de dividir espaços com os filhos de empregados domésticos, com filhos de lavradores, com filhos de agricultores, todos oriundos da periferia das nossas cidades, como os índios, ciganos e filhos de marisqueiras e pescadores.

Este é o debate e a discussão que, volta e meia, está presenciando a presidenta Dilma com o golpe que não é contra Dilma e sim contra a sociedade brasileira que tenta extrair dela os direitos e os avanços condicionais atingidos a partir de ações e políticas de Estado.

Por isso, é interessante fazer esta linha de debates para podermos compreender, com clareza, o que está em discussão. E é lógico que as políticas implementadas no avanço das áreas de esportes, educação e cultura, também, são políticas que vão de encontro aos interesses desta mesma elite burguesa.

Vejam, para esta elite, e não muito distante, jogos olímpicos eram para os seus filhos representarem o Brasil e era para os mesmos. Agora, nós podemos vivenciar atletas que referendam o Brasil, oriundos de programas sociais da periferia, tendo, também, a cultura como destaque, já que os discursos são distribuídos pelos rincões do nosso País. Falando a respeito da Bahia, é a partir do governo do então ex-governador Jacques Wagner...

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) e ora muito bem conduzido pelo governador Rui Costa, porque as ações de políticas, para a cultura e para o esporte, estão interiorizadas e passam a ser distribuídas em todo o território do Estado da Bahia; diferente do que se tinha em outros governos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Por isso, é importante destacar a grande vitória que não é apenas de Rafaela Silva e, sim, do povo brasileiro que, ao longo de quase 500 anos, foi massacrado por políticas perversas e pela ausência de intervenções e ações do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- É bom destacar que a conquista dela, a medalha de ouro, que ela tem no seu peito, é do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, membros das galerias, companheiros policiais militares e bombeiros aqui presentes, apesar de hoje ser um dia, até, comemorativo devido à vitória do Brasil e, também, pelo fato de se ter ganho medalha de ouro ontem e por hoje ser um dia importante para a categoria quando se

espera a aprovação total de um projeto, para a gente, também, ao mesmo tempo, hoje é um dia muito triste e sem comemoração.

No dia de hoje, infelizmente, enterramos mais um companheiro de luta: o soldado Fabiano Miranda do Beptur. Ele era um policial novo com apenas dois anos de corporação. No dia do aniversário da sua turma, o mesmo estava se dirigindo com a sua noiva ao bairro de Pernambués e levava uma torta para a comemoração quando levou vários tiros. Ferido, foi levado para o hospital e passou internado durante vários dias mas, infelizmente, veio a falecer.

Este é o 11º policial assassinado na Bahia durante este ano. Só vemos lamentações, tanto por parte do governo, como por parte do Comando da PM. Quanto à mudança, de fato e de direito, para acabar com esta situação, nós não vimos nenhuma providência ser tomada. Desde que Rui Costa assumiu o governo do Estado da Bahia, temos um governo que nada tem feito pela categoria. No entanto, este governo tem feito só propaganda. Aliás, na propaganda, eu queria de morar dentro dela, porque esta Bahia, que ele fala, a gente não conhece. Foram gastos 260 milhões para fazer um gabinete para o secretário da Segurança Pública, é o que está localizado na Paralela, um elefante branco.

Foi feita uma propaganda muito bonita para toda a Bahia ver. Mas quanto ao seu funcionamento, este, na prática, nada tem funcionado. São 27 interligações municipais no Estado. Onde? Porque só há três funcionando no interior da Bahia e a propaganda fala de 27! Em que diminuiu a violência desde a criação ou desde a implantação deste órgão? Em nada. Nós queríamos que o governador, como diz ser sindicalista, descesse do salto e viesse negociar e viesse dialogar com a categoria ao menos, porque, desde que ele assumiu o governo, o governador não se sentou com a categoria para dialogar ou para ver qual o avanço que ele está mostrando em relação à nossa categoria.

Quanto se gastou para um prédio desse porte ser construído? Foi com o dinheiro do BID? O dinheiro veio exclusivo para aquela obra e teria que ser gasto com ela mesma? Quando pediram dinheiro emprestado ao BID, por que não pediram para reformar as instituições?

Para isso, só basta o secretário descer, sair do gabinete, coisa que ele não faz, pois ele fica preso em seu gabinete e é um verdadeiro almofadinha em seu gabinete. Ele deveria sair do gabinete dele e ir à companhia do CAB, 82ª Companhia. Lá, ele poderia ver como estão as instalações, pois não tem a estrutura em que ele se encontra. Também, tem de se ver a 48ª Companhia no bairro da Sussuarana para verificar como estão as suas instalações. E se ele entrar na Companhia do Subúrbio então, piorou, pois ele não conseguiria nem adentrar. Vejam o jeito como ele anda e o jeito como ele persegue. Aliás, a mim, ele persegue dia e noite. Eu sei disso. Não tenho receio em relação a isso. Se ele entrar na 14ª Companhia do Lobato, com certeza, ele verá cenas de terror, pois, para instalar um filme, não precisa de cenário melhor do que aquela situação em que os policiais se encontram. Todas as unidades do interior da Bahia, tanto capital quanto interior, estão nessas condições.

Mas a propaganda do governo mostra instalações maravilhosas.

Mas a realidade de quem trabalha nas ruas e no dia a dia está vendo.

Quiseram colocar policiais militares para trabalhar nas olimpíadas em um País assustado por atos de terrorismo, simplesmente, sem coletes e sem armamentos. Em outras palavras, isso é um caixão de defunto ambulante andando nas ruas. Precisou a associação, a Aspra, ir lá e fazer este combate e mostrar ser um absurdo colocar aqueles policiais, pais e mães de família, desarmados e sem coletes para trabalhar nesta estrutura.

E a alegação do comando, naquele momento, foi a mais absurda ainda. A alegação era a de que não tinha equipamento necessário para todo mundo. Oh!, o Brasil decidiu fazer as olimpíadas há 8 anos e o governo não se preparou para o mínimo, qual seja, para dar segurança àquele que vai oferecer segurança? Imaginem como está a sociedade se aquele que vai oferecer segurança não tem segurança?

Quanto à alimentação, os policiais assumem os seus serviços no quartel às 6 da manhã e encerram às 22 horas. Ao meio-dia, servem um tal de kit-lanche, porque não tem refeição. As unidades, onde os policiais estão alojados, não têm colchões ou cobertores. Os banheiros estão em péssimas condições. Pudemos ver isso através de nossas visitas.

Até quando o governo do Estado vai tratar a segurança pública do Estado da Bahia deste jeito? Onde está a prioridade do governo?

Vejam, mais uma vida foi ceifada! Mais um corpo foi enterrado! E, amanhã, esquece-se de tudo! Vamos esperar o próximo. Nenhuma providência tomada!

Dois policiais estão exercendo a função de radio patrulhamento dentro de uma viatura para tomar conta de um bairro inteiro. Existem 158 policiais para cobrir a segunda maior cidade do Estado da Bahia, mais conhecido como o bairro de Cajazeiras. Lá, há cerca de quase 700 mil moradores para, apenas, 158 policias.

Mas a LOB (Lei de Organização Básica da PM-BA) foi votada aqui pelo governo. E, aqui, neste mesmo local, o governador disse, quando assumiu o governo, em um discurso bem longo, que retiraria 2 mil policiais do serviço administrativo para colocar nas ruas a fim de aumentar o efetivo. Não sei com qual mágica ele fará isso, porque o efetivo é o mesmo.

Mas como ele vai retirar, se ele próprio, com a LOB aprovada aqui, criou 74 unidades novas? Quando você cria unidades novas, você, automaticamente, cria o policial administrativo, pois tem de se colocar alguém no administrativo para funcionar.

Se você já não tinha efetivo para satisfazer os senhores de engenho ou os coronéis da polícia de alta patente que queriam os cargos para ter o DAS, o DAI, os símbolos, para onerar o Estado, como serão os recursos para satisfazer as necessidades daquele que está na ponta fazendo o serviço ou para aquele soldado ou o cabo ou o sargento que está na rua todos os dias trabalhando? Agora, para o DAS e para o símbolo, tem de ter os recursos!

Aí, aprovou-se uma LOB aqui. Com ela, criaram-se 542 cargos comissionados.

Em que isso foi revertido para a população? Nada!

Este é o governo que trata a segurança pública desta forma. Todos os dias estamos falando e clamando em redes sociais e na imprensa. Refiro-me àquela imprensa que, realmente, tem espaço pra gente e não àquela em que a gente coloca material e falam que não vai sair, porque o governo diz que não pode sair ou porque a ditadura impera aqui no Estado. Várias vezes, a nossa matéria é tratada assim.

Não se mostra a realidade que está acontecendo na segurança pública. Não mostram dois policiais na tal operação varredura em que tem de ficar de meia-noite às 5h da manhã em porta de banco no interior para sacrificar a sua vida!

Aqui, fizemos denúncia onde, na cidade de Jacobina, policiais militares fazem escolta para empresa privada, repito, escolta para empresa privada, ou seja, a empresa privada utiliza-se do serviço público em seu benefício! E não melhora em nada pra gente!

É chegado o momento do diálogo. É chegado o momento de tratar a segurança pública como prioridade no Estado, de ver o homem, aquele que faz a ponta, que está nas ruas todos os dias sacrificando a sua vida em prol dessa sociedade, a fim de que este seja, também, respeitado.

O governo não cumpriu o acordo com a categoria do último movimento reivindicatório. O governo, agora, não paga as gratificações adquiridas naquele movimento que foram as GAP-IV e GAP-V sob a alegação absurda de que há de se regulamentar uma lei já regulamentada!

Demitiram-se, perseguiram-se e prenderam-se policiais mesmo depois de um acordo assinado em que se afirmava a não perseguição e a não demissão de ninguém!

Este é o governo que faz uma coisa na propaganda mas, na realidade, mostra outra totalmente diferente! Esta é a forma desrespeitosa com que se tem tratado a nossa categoria. Aliás, esta forma desrespeitosa não é só com a Polícia Militar mas, também, com a Polícia Civil e com o Corpo de Bombeiros que passam por situações, também, extremamente difíceis no momento!

Esperamos! Ainda há tempo!

O governo ainda tem dois anos e alguns meses à frente para mudar e melhorar esta realidade.

No Baixo Sul, há o nosso amigo Hildécio Meireles. Ali, na Região do Recôncavo, há a cidade de Santo Antônio de Jesus que consta, em seu histórico, durante o ano passado, 19 homicídios e, durante este ano, até 31 de maio, já houve 22 homicídios. Isso, só naquela região.

Qual é a providência a ser tomada? Nada.

Criaram-se duas companhias independentes na região para dividir mais ainda o efetivo e para fracionar mais ainda o efetivo, a fim de atender a algum apadrinhamento político na região. No entanto, de fato e de direito, quanto a analisar e a olhar a categoria, nenhuma medida está havendo por parte deste governo!

Então, este é o governo que cria um centro desse, pois gasta 260 milhões e faz uma propaganda maravilhosa. Por outro lado, na realidade, para aquele que está na ponta, não está havendo investimento algum. Quanto àquele que está na ponta, não

há, hoje, sequer, o colete para ir pra rua. Sequer há o armamento para o policial ir às ruas trabalhar. E, desta forma, pretende-se obrigar o policial a usar o regulamento ultrapassado e arcaico com ameaça de prisão e colocar o policial na rua de todo jeito para fazer a segurança que nem dele consegue fazer.

Ou a gente vai mudar essa realidade, ou a gente vai continuar falando aqui o tempo todo em relação a isso! Vejam, desde que a gente assumiu o mandato, a gente tem cobrado esta mudança do governo.

O número de homicídios tem crescido a cada dia. Os assaltos a banco viraram rotina em nosso Estado. E nenhuma mudança temos visto para nossa categoria. Aliás, só temos visto propaganda do governo em relação à segurança pública. Quanto ao investimento para a segurança pública de fato e de direito, nenhum investimento a gente tem acompanhado para a categoria até agora!

Temos esta luta com os companheiros do duplo vínculo (palmas) de relatar um histórico para vocês, pois sabem quem faz esta luta; apesar de muitos aparecerem, agora, como papagaio de pirata, porque, desde o início, quando começou esta luta, eu abracei esta causa de vocês pois sabem de quem é a autoria do projeto. Mas, por um acordo do governo, o meu nome não poderia constar. (Palmas)

Vocês sabem esta verdade. Toda a tropa sabe de quem é a autoria do projeto de lei. Mas o meu nome não poderia constar. (Palmas) E eu tive a atitude nobre de pensar em vocês (palmas) e deixar que o projeto fosse relatado e colocado em nome de outra pessoa!

Vocês vieram a mim, a fim de me questionar se isso poderia ser feito. E eu falei que podem fazer, pois não quero levantar título. O importante é o benefício da categoria ser atendido! E vocês sabem reconhecer de quem é a autoria do projeto, quem construiu isso com vocês há muito tempo, ou seja, há quase um ano e meio.

E, mesmo assim, a gente abriu mão da autoria do referido projeto de lei, através de uma atitude não muito correta do governo em não querer ver um deputado de Oposição como autor de um projeto de lei.

Mas não se preocupem com isso não. Nós não queremos palanque eleitoral, porque não precisamos disso. A nossa luta é diária, e vocês têm esse reconhecimento.

Desde o dia em que acertamos, aqui, a votação do projeto que entramos em contato com vocês, afirmando que seria votado. E esperamos que seja votado no dia de hoje, e que vocês sejam beneficiados, independentemente de no nome de quem esteja o projeto.

Vocês sabem quem fez essa luta desde o início. Não nos preocupamos com isso, não. O importante é que o direito de vocês – que é um direito justo, líquido e certo, como falado por todos – seja aprovado nesta Casa.

Agradeço a vocês. A luta continua por justiça e liberdade de verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará, por todo tempo, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a pulou o tempo do PSL?

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Não. Pelo que está mostrado aqui...

A Sr^a Fátima Nunes:- Falaram o PSDB, o PRB, o PSC e o PV. Depois seria o PSL.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Desculpe-me, deputada. Pode fazer a permuta, já que ele está na tribuna?

A Sr^a Fátima Nunes:- Pode, deputada Fabíola Mansur, já que V.Ex^a está inscrita?

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Pronto, deputado. Na democracia é assim.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, fico admirado, Sr. Presidente, quando ouço os discursos proferidos aqui pelos deputados da Base do Governo que enchem o peito para falar dos avanços sociais neste País, deputado Luciano Ribeiro, como se fossem tirados do bolso dos militantes, dos deputados, dos governantes do Partido dos Trabalhadores.

Eles esquecem que esses avanços sociais são frutos da nossa Constituição de 1988, que teve como grande timoneiro o saudoso deputado Ulysses Guimarães. Nada foi tirado da cabeça do Partido dos Trabalhadores, em hipótese alguma. Qualquer uma dessas medidas, que se chama de avanço social, estão previstas na Constituição brasileira de 1988.

Há uma composição, que foi sucesso na voz do saudoso Renato Russo, que pergunta: Que País é este? Que País é este em que o partido que, por ventura, esteve no governo durante um pouco mais de 13 anos fala dos avanços sociais? Avanços sociais, repito, que não podem ser considerados como plano de governo do PT.

Nos perguntamos como ficaram os outros avanços, a nossa infraestrutura, o nosso custo Brasil, o desenvolvimento econômico e social do País. Nem os programas sociais que foram postos em prática pelo governo do PT foram capazes de fazer com que a nossa sociedade evoluísse. Não se acabou com a pobreza no Brasil.

Nós, que andamos pelo interior do Estado, principalmente, ainda vemos na beira das estradas pobres e pedintes, pessoas que não têm acesso à educação, à saúde, à segurança pública. Que evolução é essa? Que avanço é esse?

Quero fazer um comparativo aqui, Sr. Presidente. Há cerca de dois meses, na Europa, fora entregue à população sobretudo daquele norte-europeu um novo túnel por onde passa uma estrada de ferro, considerado o maior túnel do mundo. Esse túnel tem exatamente 60 quilômetros de extensão. Ali, um túnel de 60 quilômetros de extensão foi perfurado sobre pedra bruta por onde passa uma via-férrea.

Aqui, no Brasil, temos um exemplo da incompetência e da incapacidade deste governo que esteve instalado no País por 13 anos. A estrada de ferro Transnordestina, que não tinha nenhuma dificuldade geográfica no seu traçado, de 1.700 quilômetros de extensão, somente 600 quilômetros, deputado Luciano, de linha férrea está lá assentada. Não passa trem nenhum, porque não leva a lugar algum. Essa estrada que era para dar acesso ao porto de Perceira – que sai do Ceará para dar acesso ao porto de Perceira em Pernambuco, como também ligar o litoral ao interior de Piauí –, simplesmente, não leva a lugar algum. A obra está parada. O que está feito fica se acabando pelo tempo. Na estrada construída no túnel lá na Europa, gastou-se em torno de 10 bilhões de dólares. Essa obra foi entregue 6 meses antes do prazo previsto.

A Transnordestina, por incrível que pareça, além da obra ainda não ter terminado, já foram gastos R\$ 35 bilhões – o equivalente ao mesmo valor que se gastou para concluir a obra do túnel que fora construído no **Monte de São Gotardo**. Tanto é que o TCU já proibiu o governo de colocar qualquer centavo nela.. Aqui, no Brasil, deputada Luiza Maia, não para por aí não, tantas e tantas obras foram começadas no nosso País e nenhuma concluída pelo governo por 13 anos.

Na Bahia, por exemplo, citarei a obra do Estaleiro São Roque do Paraguaçu, onde algumas centenas de milhões de reais foram gastos e está lá jogada fora, sendo acabada pelo tempo. Se quiserem mais exemplos de obras inacabadas na Bahia, temos a FIOCRUZ que a obra não anda. Ainda temos a duplicação da BR que liga Ilhéus à Itabuna, o Porto Sul do Ilhéus. São várias e várias obras começadas pelo governo federal e, infelizmente, não se conclui. A maioria delas não chega nem à metade. De fato, o que há ali são centenas e centenas, às vezes, bilhões de reais jogados fora. Com que interesse começaram essas obras e não acabaram? Fica a pergunta e fica a dúvida. Por que se gastou tanto dinheiro com tanta coisa, com tanta obra que não se conclui e não traz nenhum benefício à população brasileira?

Fico pasmo e, de certa forma, triste em ver de um lado os deputados acharem que o governo do PT foi o governo que descobriu o Brasil. Os donos da cocada branca quando, na verdade, não temos é nada. Falta segurança pública, falta saúde, falta educação, falta infraestrutura para diminuir, inclusive, o custo Brasil, para se dar apoio à logística do desenvolvimento brasileiro, seja no que diz respeito à produção industrial, à produção agrícola, ao comércio, aos prestadores de serviço. Na verdade, o nosso país e o nosso Estado estão totalmente virados de cabeça para baixo.

Essa é a grande realidade, não adianta florear, não adianta insistentemente querer mudar a realidade das coisas. Por isso, nós apelamos aos nossos bravos deputados do bloco de Oposição para que fiquemos cada dia mais vigilantes, sobretudo quanto aos interesses do povo da Bahia, como bem aqui falou, há pouco, o

nosso deputado Prisco, que defende os interesses da sua classe, os interesses dos militares da Bahia, das polícias civil e militar, e nesse aspecto, meu querido deputado Prisco, pode contar com o apoio da nossa Bancada de Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Presidente deputado José de Arimatéia, falará pelo tempo de 12 minutos a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre Sr. Presidente deputado José de Arimatéia, quero saudar a todos os deputados e deputadas, membros das Galerias, agentes penitenciários e policiais civis, com quem também nos solidarizamos e incorporamos o nosso mandato no chamamento dos agentes penitenciários, pois entendemos que são profissionais extremamente importantes que farão a diferença dentro cenário de segurança em que vivemos. Não é porque somos deputadas da base do governo Rui Costa, que não tenhamos a compreensão e a dimensão da importância da categoria, e não possamos também nos incorporar na defesa do diálogo com a categoria e com o governador.

Quero saudar todas as mulheres. Deputado Manassés, V.Ex^a que é fortemente ligado ao esporte e ao futebol, quero dizer que o futebol é totalmente coisa de mulher. Aliás, quero dizer que as meninas do futebol estão dando um show, leia-se Marta e toda a equipe, Cristiane, temos baianas, Formiga, e os meninos ainda deixam a desejar. Esperamos que a Bahia possa dar sorte ao time brasileiro.

Quero dizer também da importância do esporte inclusivo, que pode mudar vidas de pessoas como Rafaela Silva, a nossa medalhista de ouro, que vem da Cidade de Deus, uma pessoa que tinha tudo para dar errado, família pobre, família sem condição de dar educação, menina com perfil agressivo, e que através de um instituto que tira as crianças de rua, como é o seu, deputado Manassés, o Instituto Manassés faz esse trabalho, a quem eu quero parabenizar, as ações do seu instituto são um ícone nesta Casa. O Instituto Reação tirou aquela menina das ruas, colocando-a para fazer esporte e a transformando numa campeã olímpica que honrou todo o País.

Muitas vezes as mulheres têm pouca oportunidade no mundo do trabalho, no mundo da educação e no mundo do esporte. Dada uma chance às mulheres, vejam onde elas conseguem chegar.

Mas, basicamente, deputado Marcelo Nilo, hoje estamos aqui para falar de saúde. Nós temos algumas ações do ministro atual que têm nos causado preocupação. Sabemos que o desemprego vem levando às perdas de planos de saúde mais de 800 milhões de brasileiros. A saída para essa sobrecarga do SUS, que vem com

subfinanciamento e com a não-hierarquização das redes... É uma sobrecarga que decorre de uma falta de gestão; é uma sobrecarga nos municípios que vem... Eu sou municipalista – defendo os municípios –, e acredito que o pacto federativo tem de ocorrer. Deputado Adolfo, hoje temos uma centralização dos recursos da saúde na União.

Então, é a União quem define onde, em que programas gastar, quando é nos municípios que as demandas se dão. A gente sabe que os 25% de demanda de investimento obrigatório dos municípios, muitas vezes, são insuficientes. Nós não temos, o município não tem como resolver cirurgias eletivas, não tem como resolver exames e especialidades, a exemplo da otorrinolaringologia e da oftalmologia. Às vezes, não há verbas para cirurgias eletivas que são simples de resolver.

Qual não é a minha surpresa, quando o ministro da Saúde, simplesmente, propõe a criação de planos populares de menor custo! Ao invés de estar propondo o fortalecimento no SUS, mais investimentos para o SUS e a qualificação das gestões e das políticas afirmativas do Sistema Único de Saúde, ele está propondo exatamente o contrário! São planos populares que não cobrirão cirurgias, transplantes e exames de alta complexidade e enganarão o consumidor e as pessoas que contratarão esses planos. Essas pessoas desembocarão no próprio SUS, já sobrecarregado!

Parece-me um contrassenso! Acho que todos os profissionais de saúde e os defensores do SUS, que todos nós usamos, deveriam se colocar, fazer frentes contrárias e ir até a própria ANS. A Agência Nacional de Saúde, hoje, exige, para um plano de saúde existir, que haja cobertura de todos os procedimentos do rol.

Aliás, quero chamar a atenção para os últimos acontecimentos na oftalmologia, por exemplo. Os planos de saúde têm lucros bilionários. No ano passado, por exemplo, o IPEA informou R\$125 bilhões de lucro. Quer dizer, não é um segmento que está tendo prejuízo e que está sofrendo com a crise, porque está sempre dando lucro. Contudo, estão sempre procurando ter mais lucro com planos mais baratos e que não servem, efetivamente, para dar segurança à população, que não terá uma cobertura total. Buscam subterfúgios! Por exemplo, recentemente, o plano de saúde Sul América vem constrangendo oftalmologistas da sua rede credenciada a aceitar valores de pacotes de exames e consultas tudo misturado! Esses valores, que não estão nas tabelas praticadas – não considero como pacotes, mas como embrulhos –, são oferecidos para constranger os médicos, sob a égide, deputado Bobô, até de descredenciamento.

Ora, nós sabemos que precisamos na saúde de um SUS fortalecido, porque mais de 80% da população brasileira depende exclusivamente do SUS. E eu, que amo esses dois deputados do esporte, deputado Bobô e deputado Manassés, quero que os planos de saúde tenham uma agência reguladora forte, mas que garanta planos de qualidade, não embrulhos que darão só a sensação de cobertura sem a sua efetivação.

Estarei aqui, certamente, defendendo, na Bahia, que esses planos cumpram, efetivamente, junto aos órgãos de defesa do consumidor, o papel o qual é exigido: cobertura segundo valores acordados em tabela, bem como defendendo, aqui e na federação, o fortalecimento do SUS, sendo totalmente contrária a planos populares.

Esses planos são um risco à população, porque só cobrirão exames e pequenas cirurgias e deixarão os doentes crônicos, os idosos e as doenças mais graves para o SUS, vão ter um plano para dar mais lucro, e isso não podemos aceitar.

Deputado José de Arimatéia, estaremos encaminhando à Comissão de Defesa do Consumidor esses acontecimentos, sobretudo com oftalmologistas, pela Sul América, e também a discussão dos planos de saúde populares, deputado. Nós temos que ter planos de saúde completos, ou então que não sejam planos, e é isso que vamos estar debatendo na Comissão de Saúde e na Comissão de Defesa do Consumidor.

Outro assunto: tivemos a passagem da Sepromi em sessão concorrida. Aqui, quero saudar a secretária que deixou a Sepromi, Lucinha. Quero dizer também que neste mês de agosto, no dia 25, comemora-se a Revolta dos Búzios, ou Conjuração Baiana ou ainda Revolução dos Alfaiates. Na verdade, é a data para lembrarmos dos nossos 4 heróis esquecidos: João, Manoel, Luís e Lucas, heróis que foram os primeiros deputados baianos a defender os ideais da Revolução Francesa, heróis negros que defenderam a igualdade, a liberdade e a fraternidade, e foram mortos, esquartejados, e nós precisamos resgatar a história.

Esses heróis, deputado Sandro Régis, estão com seus nomes inscritos nos livros nacionais. E aqui eu trouxe 2 projetos para esta Casa, apresentados ao presidente, deputado Marcelo Nilo, para criação do Memorial Revolta dos Búzios na Assembleia. Traríamos dos arquivos públicos todas as cartas, todos os autos da devassa dessa conspiração, um busto dos nossos 4 heróis, que precisam ser resgatados e que hoje inspiram as lutas desses deputados. Luta por igualdade, justiça social, combate ao racismo e todas as formas de discriminação. Eles precisam nos inspirar, estar aqui ao lado da Casa do Povo com seu Memorial, para que estudantes em visita, outras pessoas e nós mesmos possamos resgatar essa memória e não a deixar esquecida.

Da mesma maneira, o Projeto de Resolução nº 2.420, que cria a Comenda Liberdade Revolta dos Búzios, estabelece critérios de pessoas, entidades civis, líderes do movimento social que têm uma luta reconhecida na Bahia, em defesa da igualdade, justiça social e combate ao racismo, para que possam receber esta Comenda da Liberdade Revolta dos Búzios.

Nós temos duas comendas aqui, a Dois de Julho e a Comenda Otávio Mangabeira. Nada mais justo, deputada Luiza, que a gente possa ter uma comenda que trate exatamente desse ideário que deve pautar a Casa do Povo: liberdade, igualdade, justiça social, combate ao racismo. Seriam honradas essas pessoas, esses cidadãos baianos ou brasileiros que tenham reconhecido papel na defesa desses ideários, que são os ideários dos nossos 4 heróis e dos baianos e baianas que estão em Itaparica, em Cachoeira, em Salvador, porque o baiano tem essa história de heroísmo, de defesa desses ideários, precisa ser efetivamente inspirado nos heróis da liberdade atuais. E é nesses que quero referendar, convidando, também, para uma sessão conjunta que faremos dia 25 de agosto, sobre a Revolta dos Búzios, sessão proposta por mim, pela deputada Luiza Maia e pelo deputado Bira Corôa. Fica aí essa mensagem e o convite.

Aproveitando, deputado Marcelo Nilo, quero convidar também, para o dia 15, segunda-feira, Dia Nacional das Santas Casas de Misericórdia, quando estaremos fazendo a implantação da frente e o debate da situação atual das santas casas e entidades filantrópicas. Então, fica o convite: dia 15, às 9h30min, aqui no Plenário desta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por acordo de Lideranças, Ordem do Dia.

Vamos votar os projetos. Primeiro, há 2 projetos em regime de urgência.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quais são os projetos em regime de urgência? Para regime de urgência não tem acordo, vou pedir verificação de quórum. Regime de urgência não tem acordo, e eu quero saber quais são os projetos, senão vou pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o regime de urgência é para o Magistério.

O Sr. Sandro Régis:- Esse projeto não tem consenso com a categoria, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é um projeto bom para a categoria.

O Sr. Sandro Régis:- Não é, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Vou colocar em votação. Se não houver quórum, paciência!

Em votação o requerimento de urgência do deputado Zé Neto, que requer, na forma do art. 174, inciso II, do Regimento Interno, urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 21.943/2016, que altera a estrutura remuneratória das carreiras de professores e coordenadores pedagógicos.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:-Solicito uma verificação de quórum para a votação do regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Solicito a V.Exª que faça zerar o painel e contar o tempo regulamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Marquem-se 25 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, quero dar uma sugestão a V.Exª.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Se V.Exª botar o regime de urgência hoje e não tiver quórum, terá que votar o regime de urgência novamente terça-feira...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não.

O Sr. Sandro Régis:- Escute-me, por favor. Deixe-me dar a sugestão.

Mais uma vez é um projeto... Estive com a APLB, que conversou comigo, e quero dar uma sugestão a V.Exª: bote esse projeto... Vou fazer dar a mesma sugestão que fiz à APLB: bote esse projeto na Comissão de Educação, a APLB vai, debate com a comissão, convencendo a comissão, e nós votaremos por acordo.

Mas, presidente, deixe-me dizer uma coisa a V.Exª: não temos nem conhecimento do que vai ser votado! Basta a Comissão de Educação. Há vários deputados do Governo que também têm dúvidas sobre o projeto. Todo mundo sabe que o aumento é bom, mas não está havendo consenso. Garanto a V.Exª que, se colocar na Comissão de Educação, esse projeto será debatido e votaremos no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou fazer o seguinte: aceito a ponderação de V.Exª e, quanto ao outro projeto de urgência, V.Exª aceita votar urgência...

O Sr. Sandro Régis:- Não sei nem qual é, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou dizer qual é. É a urgência que altera o projeto de lei do Poder Executivo, é da Sudic. É redução de valores de taxas, deputado. É um projeto bom. É a redução de valores de taxas.

Aceito a ponderação. Vamos fazer o seguinte: V.Exª, que é um bom negociador, faço uma proposta a V.Exª. Aceito a sua ponderação, e nós votamos esse projeto, que é para redução de taxas.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, não estou discordando de V.Exª, se o projeto é bom ou ruim, como também o projeto do aumento do reajuste é importante para o servidor. O que quero dizer é que V.Exª, que é presidente desta Casa, tem que zelar por ela. São projetos, presidente, que podem muito bem ir para as comissões e serem debatidos, pelo amor de Deus! Não é projeto de essência de vida ou morte para o Governo. V.Exª trazer 2 projetos desses, presidente, e não botar nas comissões, é desfazer do nosso próprio trabalho.

Faço um apelo a V.Ex^a, se os projetos são bons, a Comissão vai debatê-los. Não será muito melhor os projetos irem e todos votarem a favor na Casa? V.Ex^a trazer 2 projetos desses!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, estou cumprindo o Regimento e não posso, veja bem, V.Ex^a sabe que tenho muito apreço muito grande pela Oposição...

O Sr. Sandro Régis:- Eu sei disso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Cumpro o Regimento com a Oposição, mas também sou obrigado a cumprir o Regimento com o Governo.

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Zé Neto me ligou: “Deputado Sandro, tem um projeto do Judiciário que não posso deixar de votar”. O que falei: “Presidente, vamos votar”. O deputado Zé Neto esteve comigo na segunda-feira, me procurou: “Deputado Sandro, tem uma PEC do soldado”. Eu ainda pedi: “Deputado, isso é uma PEC que é da área do deputado Prisco, V.Ex^a pode me dar a relatoria?” Ele respondeu: “Não posso lhe dar a relatoria”.

Mesmo assim, entendemos que é uma PEC do deputado Adolfo Menezes, uma PEC importante, e vamos votar. Quer dizer: eu peço a V.Ex^a para levar os projetos para a comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas deputado, estou propondo a V.Ex^a, aceitando a ponderação do Magistério, e em troca votar a redução de taxas.

Mas deputado, é reduzir taxas!

Questão de ordem do deputado Zé Neto e, depois, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, é evidente que nós temos um respeito muito grande pelo deputado Sandro Régis. O deputado Sandro Régis tem colaborado muito nas negociações. O deputado Sandro não é intransigente, e eu até entendo este momento de disputa política que existe e, evidentemente, como disse o próprio deputado Luciano, outro por quem eu tenho um carinho de amigo, há uma lógica com relação às urgências.

Eu só queria pedir, inclusive com o apoio do deputado Carlos Geilson, que é professor, que V.Ex^a ponderasse o seguinte: é aumento de salário que retroage ao mês de abril. Esses aumentos são dados a todos os professores e são oriundos de uma negociação de 2014. Nós estamos apenas homologando uma negociação de 2014. Os professores e professoras do Estado que ensinam aos nossos filhos... Às vezes, dizemos “os nossos filhos” como se os nossos filhos fossem só aqueles que estão em casa. Os nossos filhos são os filhos do nosso tempo e da nossa responsabilidade. Nós somos a sociedade. Esses professores estão clamando, e há uma unanimidade. Quero tranquilizar V.Ex^{as}: a única situação que colocava em risco a possibilidade de não haver unanimidade seria o fato de não haver retroatividade. Já há a retroatividade, já está declinada a retroatividade ao mês de abril. Eu até digo a V.Ex^{as} que declino da indicação de um relator para o projeto para que a Oposição indique um relator, para fazer um gesto.

Nós estamos retroagindo esses valores ao mês de abril. A APLB está presente, a direção está aqui na Casa, já esteve com V.Ex^a, que pode indicar o relator. Estou pedindo a V.Ex^{as}, e faço aqui um pedido público ao deputado Carlos Geilson para que nos ajude, porque não há, absolutamente, nenhuma situação que não seja reajustamento, que V.Ex^{as} reclamam sempre, inclusive reclamaram que fosse para todos os funcionários, e nós, infelizmente, não tivemos condição, porque esse acordo é de 2014.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, Líder Zé Neto, não podemos confundir as coisas. Não podemos, sob a justificativa de o projeto ser bom, de o projeto ter uma boa destinação, ferir os princípios que vimos defendendo. Ora, se defendemos que a Casa não deva votar tudo que vem sob regime de urgência, porque entendemos que assim fazendo a Casa está nula, como é que nós vamos votar uma urgência por acordo? A questão não é o mérito do projeto, é o procedimento. Nós estamos nos posicionando é contra o procedimento. Inclusive, Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para que V.Ex^a respondesse a um questionamento que fiz por escrito à Mesa Diretora sobre as questões da urgência, de o governador trazer projetos, retirar para cumprir o Regimento, que eu entendo que não está sendo cumprido. Então, não é do mérito do projeto que nós estamos falando. Estamos falando do proceder. Se nós somos contra a votação dos projetos do Governo sempre em regime de urgência, nós não podemos votar. O governo tem maioria. Se quiser votar, vota.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro, eu vou fazer o seguinte: com relação ao projeto da educação, vou convocar uma reunião das Comissões Conjuntas para a próxima terça-feira.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, está aqui o presidente da Comissão de Educação me dizendo que o projeto é importante para a comissão dele.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou convocar para a próxima terça-feira as Comissões Conjuntas para o projeto da educação. Se, por acaso, não houver quórum, eu trago direto e voto a urgência no Plenário.

Com relação ao outro projeto, é de redução de taxas, não tem por que ir para uma comissão. Não é nada que possa ser debatido, porque é uma coisa óbvia. Então, eu vou colocar em votação o requerimento de urgência só de redução de taxas da Sudic.

Em votação o requerimento de urgência (Lê) “*na forma do art. 174, inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 21.967/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera as Leis nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, nº 8.647, de 29 de julho de 2003, nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*”

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, peço uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, V.Ex^a será atendido.

Em votação o requerimento de urgência, conforme o art. 174, inciso II, do Regimento Interno, que requer urgência para tramitação do projeto 21.967/2016.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, V.Ex^a será atendido.

O Sr. Sandro Régis:- Peço uma verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado, a política cede de um lado e se cede do outro...

O Sr. Sandro Régis:- Este projeto teve a maior discussão – se for o projeto que estou imaginando com aquele problema daquelas taxas que foram criadas na Sudic que os empresários não aceitaram, e estiveram com V.Ex^a e com o governador. Mas, Sr. Presidente, a gente nem debateu o projeto! Como posso votar um projeto que não conheço? Eu quero conhecer o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, vou colocar em votação. V.Ex^a quer uma verificação de quórum? Tudo bem. Zerem o painel e marquem 25 minutos.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para votação.

Atendi V.Ex^a com relação ao projeto da Educação. Agora, se na próxima terça-feira...

O Sr. Sandro Régis:- Não é isso, não, Sr. Presidente, eu quero conhecer o projeto. Só isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem.

Com relação à educação, deputado Zé Neto, vou convocar uma sessão conjunta para a próxima terça-feira. Veja bem, o governo tem interesse urgente na redução das taxas. Deputado Zé Neto, deputado Sandro Régis, vejam bem, sou obrigado a cumprir o Regimento. O deputado Zé Neto não cede a retirada, então, não posso fazer nada, tenho que cumprir o Regimento. Se V.Ex^a ceder no da taxa, ele cede no da Educação, e eu convoco uma sessão extraordinária.

Deputado Sandro Régis, ouça seu presidente. O deputado Zé Neto não cedeu a retirada, por isso não posso fazer nada.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, veja bem como temos um argumento muito forte, inclusive esse pedido agora da redução de taxa deveu-se à aprovação de taxa elevada exatamente por esse aqodamento de votar em regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas deputado, sou obrigado a cumprir o Regimento. Sou obrigado. Eu atendo o Regimento da Oposição, mas sou obrigado também a atender o Regimento da base do governo.

O deputado Zé Neto cede?

Deputado Sandro, vamos votar primeiro o do Detran. Se...

O Sr. Sandro Régis:- Um momento, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, vou aguardá-lo. V.Ex^a está consultando sua assessoria?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, estou aqui. Acabei de receber uma ligação do presidente da Fieb, de Alban, dizendo que o PL ainda tem alguns condicionantes para serem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, tenho todo respeito a Alban, mas os deputados aqui é que têm que decidir. V.Ex^a pode até votar contra...

O Sr. Sandro Régis:- Eu sei, Presidente, mas eu quero dizer a V.Ex^a que o projeto não está pronto para ser votado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu tenho que cumprir o Regimento. Eu não posso...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- É estranho Alban ter uma atitude dessa, porque com isso ele está olhando muito para o interesse dele, mas estamos preocupados é com o interesse da indústria como um todo. Sentamos, negociamos, recuamos, tivemos uma conversa madura, se tem alguma coisa para ser ajustada, temos uma semana para sentar e conversar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, vamos ser práticos aqui: deputado, V.Ex^a retira o da Educação?

O Sr. Zé Neto:- Não, acho que deve manter os dois, porque V.Ex^a tem autoridade suficiente para resolver uma questão como essa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não posso, deputado Zé Neto, tem que votar os dois. Não, não vou retirar. Só retiro se o Líder do governo concordar. Eu tenho que cumprir o Regimento.

O Sr. Zé Neto:- Claro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos votar primeiro o regime de urgência da Sudic.

Em votação...

Deputado Sandro Régis...

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, eu pedi verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro, claro! Vou zerar o painel e começar agora.

Marquem as presenças. Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para votação. Vários Srs. Deputados faltam marcar as presenças.

(Continua a chamada nominal para a verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os deputados que não vieram à sessão de hoje terão o ponto cortado.

(Continua a chamada nominal para a verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação.

Gostaria de registrar a presença do ex-deputado Capitão Tadeu aqui, no Plenário.

(Continua a chamada nominal para a verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os deputados que não vieram à sessão de hoje terão o ponto cortado.

(Continua a chamada nominal para a verificação de quórum de votação.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero insistir com os deputados que estão nos gabinetes, na cantina, pelos corredores da Casa para que compareçam ao Plenário. É um momento importante, pois precisamos votar duas urgências. Uma delas trata da redução das taxas de condomínio das indústrias na Bahia, e a outra, do reajuste dos professores. Então, neste momento, convoco todos os deputados e deputadas que estão na Casa.

E quero fazer, ao mesmo tempo, um apelo ao deputado Luciano e ao deputado Carlos Geilson, que, inclusive, é professor, para que façamos um esforço para que isso seja uma disputa menor. Trata-se do reajuste dos professores do nosso Estado, daqueles que estão em sala de aula, um reajuste que retroage. Era a única situação que os professores queriam ampliar. A retroatividade, inclusive, já está garantida por emenda.

E se V.Ex^{as} quiserem ter uma relatoria, eu, aqui, negocio a relatoria desse importante projeto, que é positivo para o povo baiano. Estamos falando do reajuste para os professores do nosso Estado.

Acabamos de votar, há poucos dias, o reajuste que os juízes tiveram por lei federal e precisaram de um ajustamento. Imediatamente essa Casa votou. Não há qualquer dificuldade quando há o recurso, quando há a receita, e quando há o acordo elaborado, como foi feito com os professores em 2014.

Estamos, aqui, fazendo um esforço. O seu Líder está aqui, pedindo a V.Ex^{as}. Inclusive, apelo ao deputado Carlos Geilson, que sempre foi muito sensível. Jamais tivemos dificuldade aqui na hora de votar acordos oriundos de acertos com as categorias. Não lembro de termos deixado de votar aqui um projeto de lei que traz vantagens para os servidores, que traz vantagens para os professores, a maior categoria do Estado.

Neste momento vejo uma atitude da Oposição totalmente discrepante do seu comportamento normal. Ao contrário, já fui cobrado aqui por deputados da Oposição: cadê o reajuste dos professores? Está aqui, na Casa!

Então, quero convocar os deputados, as deputadas do governo que estão em seus gabinetes. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, compareçam ao Plenário. Estamos com 24 presentes, no momento, da Base do Governo, e precisamos do apoio dos deputados que possam dar uma contribuição no Plenário, para que possamos votar.

Deputado Manassés, peço a V.Ex^a que ajude a dar o quórum.

Os deputados que estão em Plenário, que possam votar, deputado Vando, deputado Euclides.

Os demais deputados do governo que estão na Casa que compareçam ao Plenário.

Deputado Carlos Ubaldino, deputado Euclides.

A deputada Fabíola já marcou a presença, a deputada Fátima também.

Deputado Hildécio, peço que marque, colabore.

Deputado Joseildo, deputado Luciano Ribeiro, peço bom senso a V.Ex^a.

Deputado Luciano Simões, deputado Luiz Augusto.

Deputada Luiza Maia, convoco V.Ex^a para comparecer ao Plenário.

Deputado Marcell Moraes, deputado Nelson Leal.

O deputado Sargento Isidório já registrou a frequência.

Deputado Pedro Tavares, faço esse apelo a V.Ex^a.

Deputado Roberto Carlos, compareça ao Plenário.

Enfim, peço a todos que possam, neste momento, contribuir para que possamos fazer com que essa Casa funcione adequadamente, aprovando esse importante projeto que diz respeito à vida dos nossos professores e professoras de todo Estado da Bahia.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra a V.Ex^a, eu gostaria de registrar a visita nas Galerias Paulo Jackson dos alunos do MBA de Gestão Política e Planejamento Estratégico da Adesgba. Saudamos os alunos que nos honram muito com suas presenças.

Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu gostaria que o deputado Zé Neto me escutasse.

O deputado Zé Neto está sendo desleal, descortês com a Oposição. V.Ex^a foi desleal, descortês com a Oposição. Ninguém está aqui questionando o aumento, nós estamos questionando a fórmula. O presidente da Comissão de Educação... (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro, estou ouvindo.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Zé Neto, V.Ex^a foi mal-educado... Não me dê a mão, não! Não me dê a mão, não! V.Ex^a foi mal-educado, descortês com a Oposição. A Oposição sempre o respeitou e sempre o ajudou muito mais que os seus pares! V.Ex^a foi mal-educado e descortês com a Oposição. A Oposição, em nenhum momento, questionou aqui o aumento. O que nós estamos criticando aqui é a forma que a Assembleia insiste em fazer num Requerimento de Urgência. Um deputado de

sua bancada, Eduardo Salles, veio aqui perto de mim e me pediu que esse projeto fosse para a Comissão de Educação a fim de ser debatido. Em nenhum momento, Marcelo, nós aqui refutamos ajudar quando achamos que é correto. Agora, o deputado Zé Neto não espere um gesto desta bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro, vamos acalmar os ânimos.

Alguns deputados ainda não marcaram suas presenças.

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há quórum para votação.

Passo para o próximo projeto: projeto do Poder Judiciário que eleva as comarcas de Guanambi, Jacobina e entrâncias intermediárias para entrância final e dá outras providências.

Designo para relatar a matéria o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares para relatar.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Deputado Luís Augusto, V.Ex^a também é de Guanambi e quer relatar essa matéria, tenho a honra de encaminhá-la. A Assembleia Legislativa anexa proposta o projeto de lei que objetiva a reclassificação das Comarcas de Guanambi e Jacobina de entrância intermediária para entrância final, conforme deliberação do Tribunal Pleno, em sessão plenária, do dia 17 de junho.

A matéria está ok e aprovada.

É o parecer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das Comissões, o parecer do nobre deputado Pedro Tavares. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em plenário, votação do projeto de lei do Poder Judiciário que eleva as Comarcas de Guanambi e Jacobina de entrância intermediária para entrância final e dá outras providências. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.935/2016

Eleva as Comarcas de Guanambi e Jacobina de Entrância Intermediária para Entrância Final e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reclassificadas de entrância intermediária para entrância final as Comarcas de Guanambi e Jacobina.

Parágrafo único - A elevação de entrância não acarreta a promoção automática dos magistrados, sendo mantidos os vencimentos correspondentes à entrância intermediária, asseguradas a posição na carreira e a permanência na atual lotação.

Art. 2º - Os magistrados atualmente classificados nas Comarcas elevadas, quando promovidos à entrância final, poderão exercer opção para que a promoção se efetive na unidade jurisdicional em que são titulares, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação do ato respectivo.

Art. 3º - Manifestada a opção de que trata o art. 2º, a vaga a que concorrerá o magistrado será reaberta à promoção.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de de 2016.

RUI COSTA
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos votar agora a PEC, para isso temos que ter quórum qualificado. Tem que ter 38 votos. Vou pedir a verificação de quórum.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que V.Ex^a leve os dois projetos, o da Sudic e o da Educação, para as comissões pertinentes. Acho que se não forem projetos essenciais para a sobrevivência do equilíbrio da economia do Estado tem que ser debatido nas comissões. Leve terça-feira, porque se chegarmos ao consenso votaremos em plenário.

Não somos contrários nem favoráveis aos projetos, Sr. Presidente, muito pelo contrário. O que estamos pedindo a V.Ex^a é que haja um debate na comissão. Só isso. Publique na comissão de terça-feira, pela manhã, que votaremos à tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já convoquei para a próxima terça-feira, às 10h, a comissão conjunta. Se não tiver quórum, voto a urgência aqui de novo.

Srs. Deputados, quórum de votação. Tem que ser quórum qualificado. Eu mesmo vou pedir quórum.

Portanto, é quórum de votação da PEC. Tem que ter 38 presentes.

Zerem o painel. Marquem 25 minutos. (Pausa)

Srs. Deputados, marquem as presenças para votar a PEC. Vamos votar a PEC do deputado Adolfo Menezes. (Pausa)

Tem que ter 38 presentes porque o presidente dá presença, mas não vota. É por acordo e eu gostaria que os Srs. Deputados marcassem.

(Continua a verificação do quórum)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar a matéria o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma vez, sinto-me honrado nesta Casa por estar fazendo justiça a uma categoria também muito importante como tantas outras no Estado, que são os policiais militares que poderão, como os outros profissionais de saúde e de educação, exercer também suas profissões, desde quando não empate o seu trabalho.

(Lê) *“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, à Proposta de Emenda à constituição sob o n.º 149/2016, de autoria do deputado Adolfo Menezes, com o apoio de quarenta outros Parlamentares, que dá nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição do Estado”*.

Cumpra-me, com grande honra e satisfação, relatar, perante esta douta Comissão de Constituição e Justiça, por indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Deputado Marcelo Nilo, a Proposta de Emenda Constitucional sob o n.º 149/2016, de autoria do eminente Deputado Adolfo Menezes, com apoio de quarenta outros Senhores Parlamentares, que tem por objeto a alteração do § 3º do art. 46 da Constituição do Estado da Bahia.

Propõe, a presente PEC, possibilitar aos servidores militares estaduais em atividade um direito já assegurado aos servidores civis através da Constituição Federal, qual seja a acumulação do cargo com um outro de professor ou de profissional de saúde com profissão regulamentada, desde que haja compatibilidade de horários.

Conforme cita a justificativa da proposição, não há motivação para a proibição do acúmulo pelos servidores militares, privando-se a sociedade muitas vezes dos serviços especializados desses profissionais qualificados em áreas de fundamental importância na organização social, quais sejam a de educação e a da saúde. Por outro lado, a participação dos militares nessas outras áreas que demandam uma constante atualização e aperfeiçoamento profissional virá influenciar positivamente no desenvolvimento das atividades próprias de suas corporações, resultando em uma elevação de qualidade no desempenho de suas funções.”

Assim sendo, Sr. Presidente, por ser justo e muito valioso para o nosso Estado e para esses profissionais, como relator do projeto, sendo que toda esta Casa participou,

parabenizando os deputados inclusive de Oposição, o Líder Zé Neto e principalmente V.Ex^a, sabendo que tivemos também o esforço do policial Prisco, aprovo e me declaro favorável a essa presente matéria que faz justiça no dia de hoje a esses profissionais.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Pastor Sargento Isidório no âmbito das comissões pertinentes. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Na comissão de Constituição e Justiça, os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado à unanimidade.

Agora a votação vai ser voto a voto.

Como vota o deputado Aderbal Fulco Caldas?

Deputado Aderbal Fulco Caldas vota sim, 1; deputado Menezes vota sim, 2; deputado Adolfo Viana; deputado Alan Castro vota sim, 3; deputado Alan Sanches; deputado Alex da Piatã vota sim, 4; deputado Alex Lima vota sim, 5; deputada Ângela Sousa; deputado Ângelo Coronel vota sim, 6; deputado Antônio Henrique Júnior vota sim, 7; deputado Augusto Castro; deputado Bira Corôa vota sim, 8; deputado Bobô vota sim, 9; deputado Bruno Reis; deputado Carlos Geilson vota sim, 10; deputado Carlos Ubaldino; deputado Davi Rios; deputado Eduardo Salles vota sim, 11; deputado Euclides Fernandes vota sim, 12; deputado Fábio Souto; deputada Fabíola Mansur vota sim, 13; deputado Fabrício Falcão vota sim, 14; deputada Fátima Nunes vota sim, 15; deputado Gika; deputado Hildécio Meireles vota sim, 16; deputada Ivana Bastos vota sim, 17; deputado Jânio Natal; deputado José de Arimatéia vota sim, 18; deputado Joseildo Ramos; deputado Jurandy Oliveira, sim 19; deputado Leur Lomanto; deputado Luciano Ribeiro, sim 20; deputado Luciano Simões; deputado Luís Augusto, sim 21; deputada Luiza Maia, sim 22; deputado Manassés, sim 23; deputado Marcelino Galo, sim 24; deputado Marcell Moraes; deputada Maria del Carmen, sim 25; deputado Marquinho Viana; deputado Nelson Leal; deputada Neusa Cadore, sim 26; deputado Pablo Barrozo, sim 27; deputado Pastor Sargento Isidório, sim 28; deputado Paulo Câmara; deputado Paulo Rangel; deputado Pedro Tavares, sim 29; deputado Reinaldo Braga, sim 30; deputado Robério Oliveira; deputado Roberto Carlos; deputado Robinho; deputado Rogério Andrade; deputado Rosemberg Pinto, sim 31; deputado Sandro Régis, sim 32; deputado Sidelvan Nóbrega, sim 33; deputado Soldado Prisco, sim 34; deputado Targino Machado, sim 35; deputado Tom, sim 36; deputado Vando, sim 37; deputado Zé Neto, sim 38; deputado Zé Raimundo, sim 39; deputado Zó, 40.

Foi aprovado a Emenda Constitucional. (Palmas)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 149/2016

**Dá nova redação ao § 3º do art. 46 da
Constituição do Estado da Bahia.**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º – O § 3º do art. 46 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 -
....."

§ 3º - O servidor militar estadual em atividade que tomar posse em cargo público civil permanente será transferido para a reserva, na forma da lei, salvo quando se tratar de um cargo de professor ou privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada, sendo assegurada a acumulação desde que haja compatibilidade de horários e não ultrapasse 20 (vinte) horas semanais."

Art. 2º – Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2016.

Pastor Sargento Isidório
Relator

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Targino não está presente, portanto 39 votos.

Questão de ordem ao deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar esta Casa e os deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, são dois turnos. Deixa para parabenizar depois da segunda votação.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Já parabenizando antecipadamente o deputado Zé Neto, da Base do Governo e o deputado Sandro Régis, Líder da Bancada da Oposição por fazer justiça...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a é o relator!

Deputado, tem a segunda votação...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Encerro, encerro. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, vou encerrar a votação e convocar uma Sessão Extraordinária para votar o projeto do Poder Judiciário e o da Emenda Constitucional. São duas votações.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.